



Por uma sociologia da atividade do trabalho. Entrevista com François Vatin¹

Luciano Rodrigues Costa²

Daisy Moreira Cunha³

1. Sua obra é marcada por estudos interdisciplinares, por objetos, temáticas que forçam transpor diversas disciplinas. Desde sua tese de doutoramento, sobre *surveillance-contrôle* nas indústrias petroquímicas, existem questões evidenciando as características do trabalho em processo contínuo. Em outro momento, quando você pesquisa a produção leiteira e a produção de queijos você desvela os limites da industrialização, seja por razões de capacidade instalada, seja por razões culturais... Estas pesquisas parecem procurar nas margens do trabalho como emprego, os difíceis limites desta experiência para conceituá-la. Agora, em obra recente com Gwnaële Rot, *Au fil du flux*, os estudos sobre a indústria química e nuclear aproximam trabalhos, aparentemente díspares, sem assimilá-los, para mostrar ao mesmo tempo similaridades e, de certa forma, trazer pistas para repensar o conceito de trabalho. Explique o que subjaz estas enquetes e este método como eixo de pesquisa.

Eu sou economista de formação inicial. Para um economista “padrão”, o trabalho é uma coisa simples: é uma certa grandeza L (Trabalho) que, quando combinada com outra grandeza K (Capital), fornece um produto chamado Y, ou seja, $Y = f(K, L)$. Este reducionismo não me satisfazia. Nos anos 1970, paralelamente

1 Professor da Université Paris-Nanterre. Tradução: Luciano Rodrigues Costa. Revisão técnica: Daisy Moreira Cunha e Pauline Cuenin.

2 Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa – Brasil - luciano.costa@ufv.br

3 Departamento de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – Brasil - daisycunhaufmg@gmail.com

aos meus estudos universitários, eu me formei no marxismo. Mas eu encontrei no “marxismo padrão” um reducionismo equivalente à teoria do valor-trabalho, que reduz o trabalho à uma métrica *a priori*. Esta não era a solução. Era necessário se entregar “ao campo” para fazer pesquisa.

De fato, ao longo da minha carreira, eu realizei trabalhos empíricos em paralelo, com base em pesquisas sociológicas e trabalhos relacionados à história das ideias. Esses dois tipos de abordagens mostram, de maneira convergente, que essas concepções reducionistas do trabalho levam ao fracasso. Por quê? Porque o trabalho é sempre, na sua natureza profunda, um ato criativo. Neste sentido, nunca pode ser reduzido ao existente ou a uma simples extensão do existente, pois ele gera o novo. Isso nos leva de volta à filosofia do trabalho de Marx, além da sua tentativa de reduzir economicamente a questão. Essa conclusão não leva a dizer que as métricas do trabalho são irrelevantes. Elas testemunham como as sociedades “racionalizadas” compreendem o trabalho para organizá-lo socialmente. O mesmo se aplica à noção de “tempo de trabalho”, que é apenas uma norma jurídica com eficácia limitada: quando realmente trabalhamos? Neste sentido, as métricas de trabalho nunca são “verdadeiras” ou “falsas”. Elas são indícios para questões que nunca desaparecem na teoria pura, mas exigem observação.

Eu gostaria de esclarecer este ponto com um exemplo. Na minha juventude, a sociologia e a economia crítica do trabalho eram fascinadas pelo modelo taylorista, porque este parecia de várias maneiras convergir com a teoria marxista do valor-trabalho. O estudo histórico mostra que, de fato, a concepção taylorista da organização envolveu apenas uma pequena fração do espaço produtivo; ele mostra também que, por esse motivo, Taylor era muito controverso no seu próprio tempo; por fim, ele mostra que essa concepção é cada vez menos relevante uma vez que, com a automação, desaparece qualquer proporcionalidade entre uma quantidade de produção (efeito econômico esperado) e uma quantidade de trabalho (medida como uma quantidade física). Uma vez que essas coisas são ditas, não se trata de saber se o modelo de Taylor é “verdadeiro” ou “falso”. Como qualquer formalismo, ele é redutor. A questão é saber em quais configurações práticas esse formalismo pôde, até pode ainda ser, até certo ponto, eficaz.

Eu iniciei as minhas pesquisas no final da década de 1970 sobre a organização industrial e o trabalho na indústria de petróleo e petroquímica. Este setor é marcado pelo que eu denomino a “fluidez” (Vatin, 1987). A produção, que se realiza na circulação contínua do material dentro das instalações, não pode ser considerada como uma soma de trabalho. O número de funcionários é fixo; ele depende da estrutura das instalações e não do nível de produção. O trabalho

tem uma função de regulação; ele não pode ser concebido com base em um modelo de trabalho como sendo energia física. Nesse setor, o modelo taylorista é claramente inaplicável. No entanto, na época, alguns pesquisadores não imaginavam que se pudesse analisar o trabalho de acordo com outra grade de análise. Felizmente, eu descobri os trabalhos de Pierre Naville sobre a automação que me deu suporte para lutar contra esse dogmatismo.

Se eu trabalhei em seguida na indústria de laticínios, era porque eu estava nos anos 1980 na Bretanha, uma região francesa onde essa indústria era forte e eu queria continuar as minhas pesquisas sobre indústrias de processo contínuo. O laticínio era um bom campo de pesquisa. Isso me levou gradualmente a outras perguntas e me fez viajar para a África⁴ (Vatin, 1990, 1996). Gwenaële Rot, que se inspirou nos meus trabalhos sobre a fluidez industrial na sua tese defendida no final da década de 1990 sobre a indústria automotiva, pesquisou nos anos 2000 sobre as indústrias nuclear e química. Ela queria se juntar a mim escrevendo um livro sobre esse assunto, o que me levou a voltar às minhas pesquisas conduzidas trinta anos antes. Publicado trinta anos depois *La fluidité industrielle, Au fil du flux* é o produto do nosso diálogo (Rot e Vatin, 2017).

2. Em Redefinir a economia, revisitar o trabalho há um acerto de contas com a Economia, mas um desconforto com a Sociologia do Trabalho estabelecida, e a proposta de fundação da Sociologia Econômica. Fale um pouco deste processo e desta intersecção na qual você vem trabalhando.

Ao chegar como professor na Universidade de Paris-Nanterre em 1992, eu me encontrei em um laboratório de Sociologia do Trabalho que nasceu da filiação histórica de Georges Friedmann (por uma sucessão de divórcios sucessivos nas três décadas anteriores). Na minha opinião, essa Sociologia do Trabalho “andava em círculos”. Os herdeiros de Friedmann também eram hostis à tradição de Pierre Naville à qual eu pertencia, foi o que eu descobri gradualmente.

Naville, ao contrário de Friedmann, sempre se interessou pela economia, marxista, mas também marginalista, que ele conhecia muito bem. Ele era um filósofo e psicólogo de formação. A sua curiosidade era grande e a sua cultura era universalista. Pessoalmente, eu nunca pensei que a sociologia pudesse existir como um “cantão” autônomo das ciências sociais. Eu trabalhei com todas as disciplinas relacionadas: economia, claro, mas também ergonomia, etnologia, direito, geografia, história, filosofia, psicologia etc. Nesse espírito, eu contribuí

4 VATIN, François. L'industrie du lait. Essai d'histoire économique, Paris, L'Harmattan, 1990. Le lait et la raison marchande. Essais de sociologie économique, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996.

para a criação na França da “nova” sociologia econômica, isto é, a reabilitação dessa disciplina, na fronteira da economia e da sociologia, que nunca desapareceu completamente. Pode-se dizer que Pierre Naville, ao seu modo, estava fazendo sociologia econômica.

A sociologia econômica é baseada em duas ideias simples: os “fatos econômicos” são fatos sociais e, como tais, devem ser estudados com os métodos sociológicos; mas não podemos ignorar o discurso dos economistas que participam como tais na definição desses “fatos econômicos” (Steiner, 2009). A maioria das pesquisas nessa área está focada nos estudos dos mercados. Eu queria expandir esse campo. Na esteira de Marx, de fato, eu considero que não podemos considerar os fenômenos comerciais isoladamente, sem penetrar no que ele chamou de “laboratório secreto de produção”.

Assim considerada, a sociologia econômica me trouxe de volta ao conceito de trabalho. Mas era necessário reinventá-lo confrontando a sociologia do trabalho tradicional. Esta procura compreender as relações de trabalho em uma álgebra social (seja o modelo liberal da sociologia das organizações ou o modelo marxista das relações de exploração) sem pensar no trabalho em si, ou seja, o ato produtor. Como ato produtor, o trabalho seria engenharia, ergonomia, não sociologia. Os psicólogos, por outro lado, estão interessados na atividade laboral, mas apenas a consideram do ponto de vista do sujeito. Mas, a atividade de trabalho é realmente o coração da organização coletiva que visa a produção, ou seja, a criação de valor, em outras palavras, a economia. A minha sociologia econômica é, portanto, uma sociologia da produção. É por esse motivo que ela coloca o trabalho e os seus múltiplos valores no centro da análise.

Inútil será dizer que esta abordagem não convenceu a todos na época. Quando eu escrevi em um texto em 2002 que a minha ambição era renovar a sociologia do trabalho pela sociologia econômica, um membro proeminente da minha equipe de pesquisa, que se considerava um “guardião do templo” da sociologia do trabalho tradicional, declarou-se “chocado” como se eu tivesse proferido uma blasfêmia. Eu escrevi na época um texto sobre as relações entre sociologia do trabalho e sociologia econômica na década de 1960, na qual mostrei que os sociólogos e os economistas da época dialogavam muito mais do que na década de 2000. Eu nunca pude publicá-lo! A minha própria formação como economista foi uma circunstância agravante. Eu vinha profanar as terras dos sociólogos. Desde então, a sociologia econômica se desenvolveu na França e os sociólogos entenderam que essa disciplina os reforçava e não os enfraquecia diante dos economistas.

3. Você é um pesquisador reconhecido que ainda prima por realizar enquetes de terreno. Por que esta técnica é tão estruturante na sua obra de Sociologia Econômica? O que você diria aos novos pesquisadores sobre este assunto?

Como eu disse, a sociologia é uma disciplina de investigação. Não necessariamente a investigação de campo, às vezes, também, a investigação nos arquivos, nos textos. Mas não fazemos sociologia sem procurar informações. Isso vale para a sociologia econômica como para qualquer outro campo da sociologia. Ao meu amigo André Orléan que me perguntou um dia que diferença eu fazia entre a economia e a sociologia, eu dei esta resposta simples: o sociólogo sempre favorecerá a inteligência dos fatos sobre a coerência do modelo, enquanto o economista enfatizará a coerência do modelo sobre a inteligência dos fatos. Eu penso, com André Passeron, que a sociologia faz parte da abordagem do historiador. Ela usa modelos, mas a sua vocação é sobretudo descritiva. Essa não é uma postura empirista, pois só pode ser descrita se apoiando em modelos. Mas eles são modelos com escopo limitado.

O sociólogo “ruim” é aquele que quer forçar as suas observações a um modelo que ele colocou *a priori*. Este é o caso que eu mencionei anteriormente sobre o modelo taylorista. Infelizmente, os exemplos não faltam. Mas há outro problema: por razões práticas, por falta de tempo, de energia, de convicção, muitos sociólogos, uma vez instalados na carreira, não fazem mais pesquisa de campo. Eles não podem, portanto, se renovar, se desenvolver. Se tenho algum conselho a dar, é nunca ceder a essa facilidade, preservar o gosto da observação. De certa forma, é uma maneira de estar no mundo. Eu nunca paro de ser sociólogo, em todos os momentos da minha vida. O meu ensino é alimentado por histórias cotidianas, bem como por pesquisas sistemáticas.

4. Como você analisa as transformações do mundo do trabalho com as políticas de flexibilização das leis trabalhistas? Você acredita que o mundo está passando por uma nova fase do capitalismo, na qual o trabalho precário está se tornando cada vez mais dominante?

Você usa a noção de “capitalismo”. Esse é um conceito importante, mas confuso pois capitalismo e liberalismo costumam ser confundidos. O que está no cerne do pensamento liberal é o mercado. Mas os conceitos de mercado e de capital são antagônicos. O que define o mercado é o imediatismo da relação: “Você me dá isso, eu te dou aquilo, acabou”. O que define o capital, ao contrário, é a questão do tempo. Mas, o que é comumente chamado capitalismo é uma forma social que se constitui em uma administração complexa desses dois polos antagônicos que

não devem ser concatenados. Para dizer rapidamente, é difícil pensar em uma sociedade de mercado sem capital, mesmo que seja o velho sonho dos liberais. Isso corresponde à teoria do equilíbrio geral de Walras, mas também é o sonho de um autor classificado como “socialista” como Proudhon. Por outro lado, pode-se muito bem pensar, o capital sem mercado: chama-se União Soviética. É uma sociedade capitalista no sentido mais forte do termo, baseada no princípio da acumulação. Essa é a aplicação radical da teoria marxista da acumulação.

Na prática, nas nossas sociedades, devemos pensar nos dois polos e na sua complexa articulação. Uma vez que dizemos isso, para mim, a categoria essencial que deve ser associada à do capital é a do trabalho assalariado. Mas, a própria relação salarial é exercida na tensão entre o polo comercial e o polo da subordinação. E tem que pensar em ambos. Se o trabalho assalariado fosse apenas subordinação, ele não poderia ser diferente das formas anteriores de subordinação do trabalho (escravidão, servidão, parceria, patriarcado). É preciso pensar, é o próprio cerne da teoria de Marx, essa forma específica de subordinação que constitui o trabalho assalariado e cuja característica específica é precisamente o fato de fazer parte de uma sociedade liberal, repousando no mercado. Em outras palavras, como uma relação de subordinação é possível entre dois homens livres ligados por uma relação comercial.

Portanto, é errado pensar que, por um lado, teríamos empresas (ou seja, o capital) que considerariam o trabalho assalariado exclusivamente no polo comercial, buscando a maior precariedade possível dos trabalhadores e assalariados e, por outro lado, funcionários que gostariam, pelo contrário, da integração total e permanente na empresa. Essas posições são bastante reversíveis: às vezes é o capital que faz o mercado jogar contra o trabalhador, às vezes é o trabalhador que faz jogar o mercado. Atualmente, nós estamos estudando isso na região de Tânger, no Marrocos, onde o trabalho assalariado está crescendo rapidamente, dando oportunidades comerciais aos trabalhadores assalariados. Assim, quando as empresas precisam lidar com uma mão de obra muito móvel, elas procuram, pelo contrário, estabilizá-la. Essas são coisas que foram bem identificadas na história social do Século XIX na Europa sob a expressão “paternalismo”.

A ideia de uma crescente precariedade da mão de obra me deixa, portanto, bastante perplexo, mesmo na França; eu nem falo na escala mundial. Hoje, estamos falando de “*uberização*”, a Uber é uma empresa que se estabeleceu no setor de transporte de pessoas na cidade. Antes, nesse mercado, você só tinha “táxis”. Mas os taxistas não eram, na maioria das vezes, trabalhadores assalariados. É uma profissão marcada pela tradição de independência com, além disso, meios de sujeição não salariais, mas comerciais. Um bom número de taxistas não

possui os seus carros; eles pagam aluguel ao proprietário e devem primeiro trabalhar para pagar o aluguel antes de trabalhar para produzir a sua própria renda. Estamos aqui em um modelo de capitalismo do século XIX, com um detentor de capital que não é o organizador do trabalho, mas que fornece o instrumento de trabalho, e um proletário, que não é empregado, mas um trabalhador por conta própria, submetido ao capital por uma relação comercial. Portanto, é um absurdo que se apresente a *uberização*, ou seja, a substituição do modelo do táxi pela plataforma Uber, como o símbolo da desconstrução do trabalho assalariado!

Ainda há um pouco de loucura nos debates atuais sobre esse ponto: quer se trate de Uber ou de AirBnb ... AirBnb ataca-se os trabalhadores independentes que são os hoteleiros, não os trabalhadores assalariados. Se houver um serviço de hotelaria por trás (pessoas para receber, preparar os quartos etc.), criamos empresas de “conciergerie” que empregam pessoas, empregadas domésticas, assim como os hotéis nem melhor nem pior. Qual é a desestabilização do trabalho assalariado? Estamos lidando com a noção de *uberização* com um *slogan*.

De qualquer forma, no momento, o trabalho assalariado não se reduziu na França. Além disso, as orientações liberais do governo atual têm um aspecto paradoxal. Certamente, ele procura valorizar o trabalho por conta própria, mas como? Ao aumentar a proteção que lhe é atribuída (por exemplo, estendendo os direitos sociais como o seguro de desemprego aos trabalhadores independentes), ainda não está claro como. De certa forma, isso leva, não restringir, mas aumentar o espaço social do trabalho assalariado, aproximando o *status* dos trabalhadores não assalariados ao dos trabalhadores assalariados, tornando-os quase trabalhadores assalariados. A noção de trabalhadores quase assalariados permite entender a situação atual em diversas profissões, como a dos médicos, que são trabalhadores quase assalariados da Previdência Social. Como a Previdência Social administra os recursos, cada vez mais, ela tenta controlar o trabalho dos médicos. Mesmo para as frações mais clássicas da população com um *status* independente, a sua situação se aproxima da dos trabalhadores assalariados.

Se eu levar a questão ao mundo, a extensão do trabalho assalariado é ainda mais óbvia. É o que observamos no Marrocos. Mas poderíamos observar o mesmo na China, na Índia, no Brasil. Vamos falar sobre o Brasil. Eu não conheço bem o país, mas as trocas que eu tive durante as minhas repetidas visitas me deixaram interrogativo sobre um ponto. Eu escrevi sobre ele um pequeno artigo para a revista da união de engenheiros mecânicos do Rio (Vatin, 2017). Eu fiquei muito surpreso ao encontrar no Brasil um discurso muito semelhante ao que eu conheço na França sobre o enfraquecimento da sociedade salarial e do estado de bem-estar social. Na França, esse discurso se traduz em um retrocesso

“hexagonal” (sobre um único país), uma incapacidade de situar as coisas em nível mundial, de ver em que ponto as condições materiais da existência melhoraram em escala mundial. Mas, no Brasil, esse mundo, que permaneceu muito tempo à margem dos modernos sistemas de proteção social, também se localiza, massivamente, no interior das fronteiras nacionais. O mundo social, que deplora o desaparecimento do estado social, é, para ser franco, apenas a pequena fração da população brasileira que vive no padrão europeu. Isso oculta o fato de que, nos últimos trinta anos, houve uma extensão dos direitos sociais para a maioria dos trabalhadores no Brasil. Portanto, a cegueira que eu percebo na França em comparação com o resto do mundo (com o que eu observo em Tânger, por exemplo), eu tenho a impressão de que ela está presente no Brasil em comparação com a sociedade brasileira no seu conjunto.

5. Como você vê a Sociologia do Trabalho na França hoje? Que evoluções? Que problemas?

Existem duas falhas frequentes na sociologia francesa: – a confusão entre crítica analítica e crítica política; – o fato de se fazer porta voz dos entrevistados. Esses dois aspectos estão particularmente em marcha na sociologia do trabalho. Marcada por uma longa tradição operária, ela considera o trabalhador um ser “dominado”, “explorado”, “sofrido”. O sociólogo deveria, portanto, denunciar essas relações de dominação e exploração e destacar o sofrimento do trabalhador. Mas, esta abordagem é inútil. O papel do sociólogo não é denunciar os males sociais (que existem), mas explicar os mecanismos sociais em curso, entender os equilíbrios, os conflitos, as dinâmicas. Essa é a diferença que Max Weber faz entre a ética do “sábio” e a do “político”. Paradoxalmente, é se colocando na ética do sábio que o sociólogo realmente desempenha a sua função “crítica” e que pode prestar um serviço aos atores sociais. Qualquer outra abordagem está fadada à impotência, pois leva o pesquisador a uma posição unilateral. Se fizermos, por exemplo, a sociologia do hospital, que ponto de vista devemos adotar? O dos médicos, das enfermeiras, das auxiliares de enfermagem, dos maqueiros? Cada profissão poderá afirmar o seu “sofrimento” e justificar a sua utilidade social, muitas vezes, criticando, explícita ou implicitamente, as outras. O sociólogo não está presente, nem para defender esse ou aquele interesse de uma categoria, nem para dar razão a um contra outro, mas para entender a natureza dos problemas, a atuação dos atores, como, finalmente, o “social” funciona e se transforma em um desequilíbrio perpétuo. Fazer este trabalho supõe se proteger de uma normatividade invasora na sociologia do trabalho francesa contemporânea.

6. Você se considera um herdeiro de Pierre Naville, qual a importância da obra dele no seu pensamento?

A descoberta, no final da década de 1970, dos trabalhos de Pierre Naville sobre a automação me permitiu sair da rotina em que a literatura me colocou. Eu o conheci pessoalmente em 1981, quando ele participou da minha banca de tese. Eu fiquei em contato regular com ele até a sua morte em 1993. Ele era uma pessoa histórica que me marcou muito. O seu trabalho é abundante e complexo. Eu não pretendo dominá-lo inteiramente. Mas eu acho que ele é um importante autor da sociologia francesa do século XX e continua sendo subestimado. De certa forma, outras dimensões da sua história (a sua participação no movimento surrealista, a sua amizade com Trotsky) obscureceram o seu significado intelectual e ele sofreu disso. Eu contribuí, na década de 1980, para colocar de volta as suas teses sobre a automação em discussão. Em retrospectiva, parece que os seus trabalhos em sociologia do trabalho dos anos 1950-1960 foram muito mais perspicazes do que os dos contemporâneos de Georges Friedmann. Mas ainda há muito a descobrir nos escritos de Pierre Naville.

7. Seus estudos de epistemologia da ciência e das técnicas fornecem um debate importante, original, sobre o conceito de trabalho na confluência de várias ciências, entre Física e Engenharias. Que aportes podemos identificar para uma crítica do conceito de trabalho?

Como eu disse anteriormente, as minhas pesquisas sobre as indústrias de fluxo me levaram a criticar a representação tayloriana do trabalho que a iguala a um tipo de *quantum* de tempos elementares associados a um padrão de fadiga, isto é, uma quantidade de energia. Contudo, eu descobri que o conceito físico de “trabalho” (produto de uma força por uma distância), que antecipa o de energia (o trabalho é, na física moderna, uma das formas de energia), foi cunhado por engenheiros franceses no início do século XIX, em uma perspectiva explicitamente econômica: tratava-se de elaborar um “dinheiro mecânico” para medir de maneira homogênea a atividade de homens, animais ou máquinas (Vatin, 2019).

Essa representação mecânica do trabalho foi reforçada no final do século XIX pelo surgimento da bioenergética, ou seja, a aplicação aos seres vivos da termodinâmica (a ciência da energia). Podemos considerar o homem, como qualquer espécie viva, como um dispositivo energético caracterizado por um “rendimento”: relação entre a energia útil disponível (o trabalho industrial) e a energia total gasta (a fadiga humana). Eu estou simplificando aqui uma questão, claro, mais complexa. No início do século XX, um fisiologista francês

contemporâneo de Taylor: Jules Amar fez a sua tese sobre o “desempenho da máquina humana”. Ele formula em termos científicos a problemática de Taylor. Mas é um impasse, pois como vimos, o produto da atividade humana não pode, em geral, ser medido em termos de energia. A relação entre a energia gasta e a fadiga sentida é complexa (Vatin, 2002).

Finalmente, do ponto de vista fisiológico, o trabalho não se distingue de outras atividades humanas, que também gastam energia. O modelo geral de bioenergia não está errado; ele não nos diz nada sobre a vida de trabalho. No entanto, já é possível encontrar essa conclusão entre os fisiologistas mais perspicazes contemporâneos de Taylor, como Armand Imbert ou Jean-Maurice Lahy. Estes dão prioridade, a uma medida do balanço energético global e à busca de um modelo universalista, de estudos baseados em profissões determinadas. Assim, eles antecipam o que se tornará a ergonomia, fornecendo aos parceiros sociais ferramentas para medir condições concretas de trabalho.

8. Uma questão central no seu pensamento é o conceito de trabalho, há uma tensão com o que se fez em economia e sociologia até agora, e como podemos associar, na sua perspectiva trabalho e valores?

Eu defino o trabalho como uma “atividade de vocação produtiva” (Vatin, 2014). Esta definição não fecha o objeto mas o abre. Trata-se, de fato, saber quais são as atividades consideradas “produtivas”. É, em outras palavras, identificar quais instâncias determinam o caráter produtivo de uma atividade e em quais critérios. É aqui que o tema do valor aparece. É claro que existe uma infinidade de instâncias suscetíveis de decidir o caráter produtivo de uma atividade: o próprio trabalhador que pode se satisfazer ou não do seu trabalho, os seus pares diretos, os representantes instituídos ou não da sua profissão, – a sua hierarquia, – o mercado, direta ou indiretamente etc. Em geral, essas diferentes instâncias coexistem. O valor não é, portanto, inequívoco.

O valor econômico é apenas uma modalidade desse complexo e múltiplo processo de avaliação (Vatin, 2013). Não é ele próprio homogêneo: o trabalhador que recebe um bônus por um “bom” trabalho vê, assim, a sua atividade reconhecida monetariamente pela sua hierarquia; mas também é o caso se ele receber uma promoção que, diferentemente do caso anterior, mudará duradouramente o seu *status* profissional; ele também pode ser recrutado por outra empresa que pagará melhor; para um artesão, por outro lado, o “valor” do trabalho será diretamente comparável ao valor do produto no mercado. Vemos a multiplicidade de temporalidades e instâncias envolvidas, o que refere a uma reflexão mais geral sobre os valores do trabalho (Vatin, 2008).

Um erro comum hoje é privilegiar, como única instância legítima, o ponto de vista do trabalhador isolado no seu próprio trabalho. Representa-se sempre o trabalhador prejudicado por uma organização incapaz de entender o seu trabalho e valorizá-lo. A organização parece ser intrinsecamente contraproducente. Isso é ignorar a natureza coletiva da produção. Para dar um exemplo simples de uma estrutura taylorista, não é necessariamente bom para um trabalhador aumentar a sua produção além de um certo limiar, se o ritmo não puder ser seguido a jusante. A organização não se apresenta com um sistema inequívoco de valores. Para dar um exemplo canônico da sociologia das organizações, existe uma tensão “normal” entre o departamento de fabricação, que deseja honrar os seus pedidos a todo custo, e o departamento de manutenção, que deseja poupar o material produtivo. Em um caso como esse, não há, de um lado, pessoas que estariam do lado da economia, do capital e, por outro lado, pessoas que estariam do lado do trabalho, do valor profissional. Cada um defende uma norma que é do interesse da empresa. É por isso que eu compartilho a ideia de Yves Schwartz do trabalho como um permanente “debate de normas” entre atores que são todos parcialmente míopes, mas nunca totalmente cegos.

Ao contrário do que se possa pensar, a abordagem econômica não esmaga essas normas sob o rolo compressor do dinheiro. O dinheiro é um objeto lábil que se molda a múltiplas configurações. Isto é o interesse da análise contábil. É precisamente porque o dinheiro tem um caráter de universalidade e fungibilidade (“equivalente geral”, dizia Marx) que ele abre o espaço de cálculo. Mas não devemos nos deixar enganar pela aparente positividade dos dados monetários. Eles são o produto de escolhas que expressam valores. Considere, por exemplo, a taxa de depreciação: esse parâmetro expressa a antecipação da duração de uma peça de equipamento. Não é uma quantidade “positiva” (que só pode ser retroativa); é a expressão de uma escolha estratégica. Em outras palavras, as medidas devem sempre ser rastreadas até os valores que as sustentam, sejam elas monetárias ou não.

9. Seus trabalhos recentes trazem contribuições para a História da Arte. Fale um pouco sobre ele e qual a importância das telas de Reynold Arnould neste sentido?

Com Gwenaële Rot, descobrimos em 2015 o pintor Reynold Arnould (1919-1980) que fez em 1959 uma grande exposição intitulada “Forças e ritmos da indústria” no Museu de Artes Decorativas, localizado no Palácio do Louvre, em Paris. Esse pintor original foi um pouco esquecido. Ele iniciou uma brilhante carreira após a guerra, inclusive internacionalmente (ele fazia parte da

delegação francesa na Bienal de São Paulo em 1951 e 1955). Mas o seu trabalho como pintor foi então um tanto ofuscado pelo seu papel institucional. Ele era próximo do grande ministro da Cultura André Malraux, dirigiu o museu de Le Havre, o primeiro museu moderno da França projetado para esta cidade destruída pelos bombardeios de 1944, e foi de 1965 até a sua morte, diretor de uma grande Instituição museológica de Paris: as Galerias Nacionais do Grand Palais.

Se nos interessamos por esse pintor, é porque a exposição que ele fez em 1959, apoiada por doze grandes empresas, constitui um verdadeiro retrato da grande indústria francesa da época e que está em ressonância com as pesquisas da sociologia do trabalho na mesma época. Em particular, há uma surpreendente semelhança entre os quadros de Reynold Arnould e as pesquisas contemporâneas de Pierre Naville sobre a automação. Eles vão, frequentemente, aos mesmos locais e procuram cada um ao seu modo, representar a indústria moderna, aquela em que o trabalhador se torna o regulador de um fluxo contínuo de matéria. Curiosamente, esse projeto encontra dificuldades semelhantes no campo da sociologia como naquele da pintura. Vimos que as concepções de Naville levaram a renunciar às representações tradicionais do trabalho. Para o pintor, é também uma questão de ir além das representações tradicionais operárias do esforço do trabalhador como as das paisagens industriais. Arnould quer fazer com que o olhar penetre no coração da produção, na transformação íntima da matéria. As instalações estão presentes, mas em movimento, de acordo com uma estética emprestada da tradição futurista; os homens também, mas como pequenas silhuetas nos interstícios das máquinas. Reynold Arnould é, portanto, um pintor da automação.

O trabalho que realizamos sobre esse pintor também nos levou a retomar toda a sua biografia e estabelecer por meio do seu caso uma história social da arte no século XX, período em que procuramos democratizar a arte fazendo-a entrar nos lugares públicos e até nas fábricas (Rot e Vatin, 2019). Este é um caneteiro de pesquisa que estamos buscando.

10. Podemos ter “*Esperance-monde*”?

Não é que “podemos” é que “devemos”. O filósofo marxista Ernst Bloch formulou o “princípio da esperança”. Ele ressalta que existem apenas duas maneiras de antecipar o futuro: medo ou esperança. O medo leva ao niilismo, a menos que seja apenas retórica: “Eu prevejo o pior, mas é para permitir que você o evite”. Paradoxalmente, então, a esperança é sempre pregada... Eu penso, no entanto, que essa retórica é muitas vezes perigosa, pois ela favorece os instintos mórbidos dos amantes do caos.

Um ditado francês afirma: “Enquanto houver vida, há esperança”. Isso é verdade tanto para as sociedades quanto para os indivíduos. Afirmar o princípio-esperança não é negar os múltiplos riscos que pesam sobre as nossas sociedades (começando pelos riscos ecológicos), é apostar na vida, porque nada mais faz sentido. As ciências sociais têm a sua responsabilidade nessa área. Elas só interessam se puderem estabelecer as condições de um melhor mundo para a humanidade (a sociologia “não valeria uma hora de dor se tivesse apenas um interesse especulativo” escreveu Durkheim). Isso não significa que a sociologia deve ser normativa. Eu já insisti bastante. Mas ela deve assumir o ponto de vista da vida, ou seja, da mudança permanente das sociedades que ela deve acompanhar e não julgar.

Referências

- ROT, Gwenaële e VATIN, François. *Reynold Arnould. La poétique de l'industrie*. Paris, Presses universitaires de Nanterre, 2019.
- ROT, Gwenaële e VATIN, François. *Au fil du flux. Le travail de surveillance-contrôle dans l'industrie chimique et nucléaire*. Paris, Presses de l'école des Mines, 2017.
- STEINER, Philippe e VATIN, François (dir.), *Traité de sociologie économique*, Paris, Puf, 2013 (2009).
- VATIN, François. O Trabalho - Economia e Física - 1780|1830. *Revista ABCM*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2017, pp. 25-38.
- _____. *Le travail. Economie et physique (1780-1830)*. Paris, Puf, 1993. Tradução portuguesa. In: VATIN, François. *Trabalho e suas medidas: física, economia e sociedade*, Mercado de Letras, Campinas, 2019.
- _____. *Le travail, sciences et société. Essais d'épistémologie et de sociologie du travail*. Bruxelles, éditions de l'université de Bruxelles, 1999. Tradução portuguesa. In: VATIN, François. *Epistemologia e Sociologia do Trabalho*. Instituto Piaget, Lisbonne, 2002.
- _____. *Le travail. Activité productive et ordre social*. Paris, Presses universitaires de Nanterre, 2014.
- _____. (dir.), *Evaluer et valoriser. Une sociologie économique de la mesure*. Toulouse, Presses universitaires de Toulouse, 2009 et 2013.
- _____. *Le travail et ses valeurs*. Paris, Albin Michel, 2008.
- _____. *La fluidité industrielle. Essai sur la théorie de la production et le devenir du travail*. Paris, Méridiens-Klincksieck, 1987. Préface de Pierre Naville.
- _____. *L'industrie du lait. Essai d'histoire économique*, Paris, L'Harmattan, 1990.
- _____. *Le lait et la raison marchande. Essais de sociologie économique*. Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996.

Recebido em: 12/02/2020

Aprovado em: 11/03/2020

Como citar esta entrevista:

COSTA, Luciano Rodrigues e CUNHA, Daisy Moreira. Por uma sociologia da atividade do trabalho. Entrevista com François Vatin. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1503-1516.